

A PRIVATIZAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DA B3 SOCIAL

Karine Morgan – UERJ / PPGE UNESA – karine.morgan@uerj.br

Deyzielli dos Santos – UNESA - deyzielli.r.s@gmail.com

Introdução:

Este artigo faz parte de pesquisa mais ampla, financiada pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), intitulada ‘Os Bancos nos Bancos da Escola’ cujo objetivo consiste em mapear e caracterizar os movimentos de responsabilidade social empresarial (RSE) e investimento social privado em educação dos sujeitos ligados ao capital financeiro brasileiro. Este texto, visa mapear e analisar um dos projetos educacionais financiados pela B3 Social ¹- a Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC) que reúne B3, Fundação Lemann (FL), Instituto Natura (IN) e Associação Bem Comum (ABC).

Teoricamente, compreendemos este movimento de ação social das empresas sobre as mazelas sociais como ocultadora do fato de que sua atuação em direção à maximização dos lucros aprofunda as desigualdades que a RSE busca combater ou, ao menos, atenuar. Em outras palavras, as empresas causam os problemas sociais cujas fundações por elas mesmas criadas se destinam a combater. (Groppo, 2007)

Ball e Olmedo destacam que a nova abordagem combina “soluções inovadoras e antigas para problemas sociais, e de desenvolvimento baseadas no mercado” resultando em “novos filantropos”. A diferença crucial reside na conexão direta entre a caridade e os resultados esperados, assim como no envolvimento desses indivíduos ou corporações na comunidade política. (Ball e Olmedo, 2013, p.33) A filantropia tradicional modifica-se nesse contexto, da caridade paliativa, identificada como “Filantropia 1.0”, passando pela caridade voltada ao desenvolvimento, ou “Filantropia 2.0” até à atual caridade lucrativa, denominada “Filantropia 3.0”. (Idem. p. 34)

Desenvolvimento:

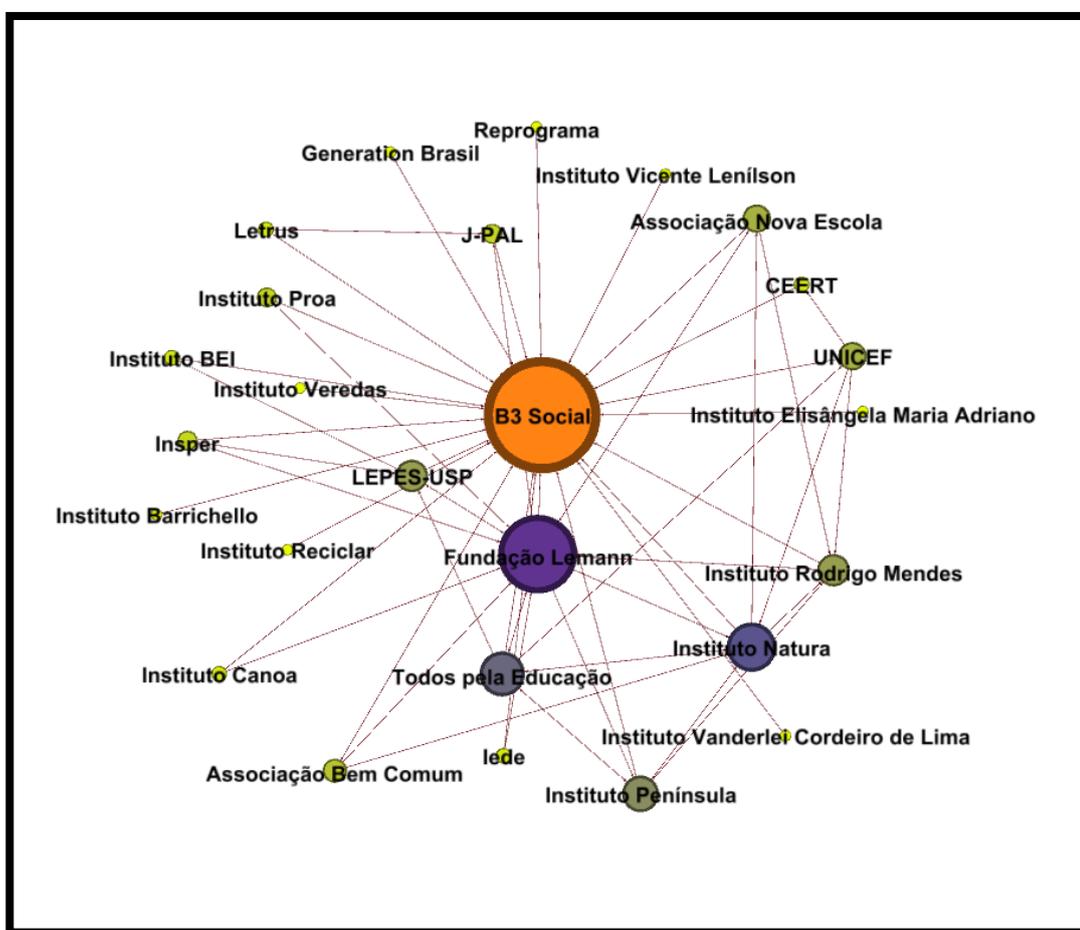
Representando graficamente tal movimento, foi construído o grafo das relações institucionais da B3 Social cujos dados disponíveis nos permitiram a análise. Nesta

¹ braço social da Bolsa de Valores Brasileira

pesquisa, delimitamos apenas as redes que incidiram sobre a educação pública e utilizamos para a construção dos elementos gráficos o software Gephi 0.10.1.

Metodologicamente, inicialmente, foram identificados os parceiros no relatório de atividades da B3 Social de 2021, o último disponível ao redigir este artigo. Em seguida, nas páginas das instituições parceiras foram investigadas as relações existentes no grafo, adicionando arestas entre os nós já presentes na rede. Nenhum novo nó foi incluído, indicando que todos os nós iniciais mantêm relação com a B3. A Figura 01 representa o resultado das ações explicitadas.

Figura 1: Grafo da Rede Social da B3 Social (2021)



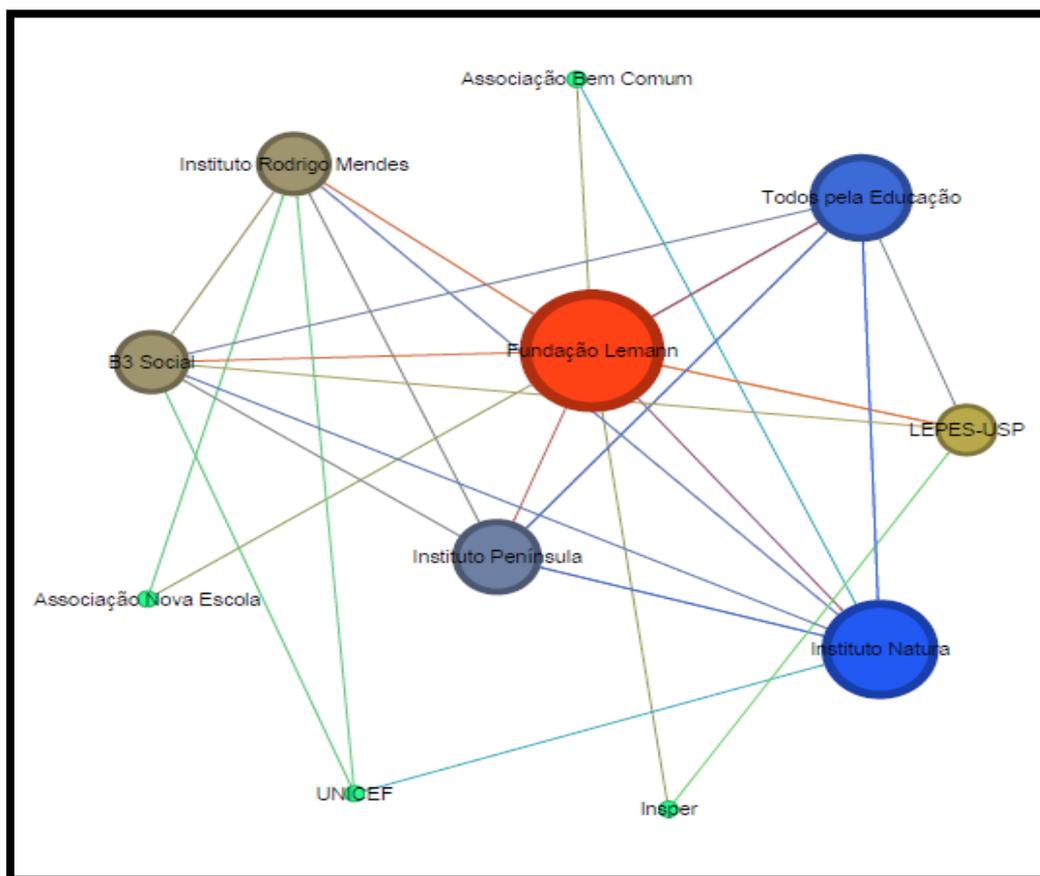
Fonte: Construído pela autora com dados primários

A partir da rede construída, verificou a incidência de 25 nós que dão origem a 62 elos relacionais. É uma rede de pouca densidade, que mantém poucas relações entre si. Apenas 50% (12 nós) do total mantém parcerias com outros nós presentes na rede além da B3 Social. Quanto aos *Clusters*, foi possível observar alguns atores com maior atividade, a saber: Fundação Lemann (13 elos); Instituto Natura (8 Elos); Instituto

Rodrigo Mendes (6 elos); Todos pela Educação (6 elos); Instituto Península (5 elos) e Lepes – USP (5 elos).

Para visualizar uma rede derivada da principal, em que nenhum dos nós mantenha relação apenas com a B3 Social, desenhou-se o grafo representado na figura 02.

Figura 2: Clusters da Rede Social da B3 Social



Fonte: Construído pela autora com dados primários

Por seu escopo e abrangência, neste artigo as análises são centralizadas no projeto intitulado ‘Parceria pela alfabetização em regime de colaboração (PARC)’ realizado em parceria com os dois nós mais densos do grafo – A Fundação Lemann e o Instituto Natura.

Na página da Fundação Lemann, é esclarecido que ela e o IN atuam apenas como financiadores das ações que são executadas pela ABC, elo este que foi o principal fornecedor de informação sobre a execução efetiva das ações na educação pública.

A ABC foi fundada em 2018 e reuniu em seu grupo executivo atores que participaram “da reforma educacional do município de Sobral/CE”. Em 2019 entra em funcionamento o PARC e no ano seguinte o segundo dos dois únicos projetos que a Associação Bem Comum executa.

Segundo sua descrição, o PARC foi inspirado “no Programa de Alfabetização na Idade Certa do Ceará [...]”² e tem como objetivo principal a “alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental.” A Mandala representada na figura 3 traz as estratégias que devem integrar-se sistemicamente:

Figura 3: Mandala PARC - ABC



Fonte: <https://abemcomum.org/parceria-pela-alfabetizacao-em-regime-de-colaboracao/>

Na mandala, a tutoria frequente da ABC nos municípios não é visível, mas a assessoria aos sistemas, a formação para os gestores e a consultoria estratégica, temática e de base territorial estão incluídas obrigatoriamente no pacote da PARC. Há, ainda a informação de que “O trabalho junto aos estados é desenvolvido por meio de prestação de serviços de consultoria e gestão pela Associação Bem Comum (ABC).”³

² Disponível em <https://abemcomum.org/parceria-pela-alfabetizacao-em-regime-de-colaboracao/>

³ Disponível em <https://abemcomum.org/parceria-pela-alfabetizacao-em-regime-de-colaboracao/>

Outro ponto interessante a se observar na operação do PARC é que os sujeitos que devem participar da “Formação de equipes técnicas” são escolhidos pela Vetor Brasil, focada em identificar e formar agentes para atuar em instituições públicas. Assim, instituições privadas colocam atores em lugares estratégicos no funcionamento estatal.

O alcance da parceria pode ser verificado nos dados revelados pela ABC: 15 estados brasileiros atendendo a “3.271 municípios e cerca de 2.804.880 alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da rede pública”. O número de alunos enunciado pela Associação corresponde a, aproximadamente, 60,7% das matrículas de 1º e 2º anos somadas em escolas públicas contabilizadas no Censo Escolar do ano de 2022.

Em 2021, a B3 Social afirma que no âmbito do PARC

[...] aplicou a avaliação de fluência leitora nos 10 estados da parceria, com participação de 60% dos alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental das redes públicas; entregou material didático complementar de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental para 6.673 escolas públicas em quatro estados; e ainda realizou formação para 32.521 professores alfabetizadores.

A avaliação é realizada a partir das gravações do aluno lendo palavras, frases e texto. Os áudios são analisados por uma equipe vinculada ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd/UFJF, usando uma plataforma. O CAEd recebeu R\$ 3.659.576,64 para cobrir 12 estados (8 na primeira fase e 4 na segunda fase), conforme contrato disponível da página da Fundação CAED.

O montante financeiro total mobilizado para a execução deste projeto não pode ser calculado. Não foram encontrados os relatórios financeiros e/ou de atividades da ABC e da Fundação Lemann. Nos relatórios anuais da B3 Social e do Instituto Natura não há a informação sobre execução de recursos discriminado por projeto.

Conclusões

O projeto analisado e seus financiadores ilustram a ação dos novos filantropos, ligados ao mercado financeiro e ao empresariado. Para Ball e Olmedo (2013),

Dentro dessa nova configuração, soluções inovadoras e velhas soluções para problemas sociais e de desenvolvimento ‘baseadas no mercado’ estão sendo privilegiadas e fortalecidas através do surgimento de uma nova elite global, conectada em rede, formada por promotores de políticas e ‘novos’ filantropos. (p.33)

No Brasil, a rede envolve ativamente grupos empresariais, incluindo fundações e institutos bancários, que financiam projetos alinhados aos interesses corporativos.

Tais grupos, que já ocupam lugares nos conselhos superiores de educação e exercem influência na agenda política educacional brasileira, não renunciam ao lucro e também não diferenciam “um fundo de capital de risco e uma fundação” (Ball e Olmedo, 2013).

Nesse sentido, cresce em importância pesquisas como esta que ampliam o debate e fomentam outros estudos que buscam evidenciar os meandros da privatização da educação pública e da educação bancária, que, para além do sentido Freireano (Freire, 1987), vem sendo financiada e executada pelos bancos.

Referências

Ball, S. & Olmedo, A. (2013). A nova filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: Peroni, V. (Org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação* (pp. 33-47). Liber Livro.

Freire, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

Groppo, L. A. (2007). Responsabilidade social empresarial e a mercantilização da solidariedade. *Serviço Social e Sociedade*, 91, 143-162.

<https://m.cortezeditora.com.br/produto/revista-servico-social-sociedade-91-246>